

**O primeiro ano do GT Educação Ambiental da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped): um convite à reflexão**

*Carlos Frederico Bernardo Loureiro*  
floureiro@openlink.com.br - LIEAS/FE/UFRJ

**Resumo**

No presente artigo, pretendo analisar, a partir de breve contextualização, as atividades desenvolvidas no primeiro ano de funcionamento do Grupo de Trabalho em Educação Ambiental da Anped, destacando o perfil dos trabalhos apresentados, suas tendências, lacunas e possíveis desdobramentos. Para isso, como procedimento metodológico, utilizei observações sistematizadas feitas ao longo da execução da programação, análise de documentos fornecidos pela direção e produzidos pelo Comitê Científico, avaliação de todos os trabalhos encaminhados e leitura do histórico disponível na página da entidade e fornecido por professores que participaram da trajetória de formação do referido GT. Concluo afirmando a validade do processo de consolidação do grupo no âmbito de uma instância representativa da educação, aproximando a Educação Ambiental desta, principalmente se levarmos em consideração o aumento significativo de pessoas interessadas, a participação assídua destas, a qualidade e pluralidade dos trabalhos aceitos e a atuação responsável da coordenação junto às instâncias decisórias da Anped.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Anped. Grupo de Trabalho.

**The first year of the Environmental Education Working Group of the National Association of Post-Graduation and Research in Education (Anped): an invitation to reflection**

**Abstract**

In this article I intend to analyze, from a brief contexture, the activities that were developed in the first year of the Working Group of Environmental Education of Anped, pointing out the profile of the exhibited works, their tendencies, their gaps and feasible unfoldings. As a methodological procedure, I used the systematized observations that were done during the programming; analysis from documents done by the management and produced by the Scientific Committee; appraisal of all the works that were sent, and the reading of the available review of the entity in its home page and made by the teachers that participated in the creation of the referred Working Group. I asseverate the validity of the consolidation of the group in a representative instance of education, bringing it closer to Environmental Education, especially if we take into consideration the increasing number of interested people, their assiduity, the quality and plurality of the works and the responsible performance of the coordination alongside the decisive instances of the Anped.

**Keywords:** Environmental Education. Anped. Working Group.

## *Introdução*

Entre 16 e 19 de outubro de 2005, na cidade de Caxambu, durante a realização da 28ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), ocorreram as atividades programadas pelo Grupo de Trabalho em Educação Ambiental (GT 22) em seu primeiro ano de existência. Após um biênio na condição de Grupo de Estudos (GE), durante os anos de 2003 e 2004, e a aceitação de transformá-lo em GT na Assembléia da entidade na 27ª Reunião Anual, em 2004, tivemos a realização de uma programação intensa, que expressa o perfil dos educadores ambientais presentes nesse fórum, e a participação significativa de aproximadamente oitenta pessoas de diferentes estados do país. Portanto, um fato que merece atenção, registro e análise, como contribuição aos debates sobre a inserção da Educação Ambiental na Educação e sua afirmação como campo específico e relevante para as questões sociais contemporâneas.

As considerações aqui encontradas foram produzidas a partir de minha participação nesse processo na condição de membro do Comitê Científico da Anped nomeado para o biênio 2005 e 2006. Tal fato permitiu uma leitura e avaliação que pode ser classificada como “privilegiada”, porém não única, do conjunto dos trabalhos encaminhados ao GT 22 e o conhecimento do que foi dirigido aos demais GTs da sub-área a que pertencemos até o momento (Educação e Movimentos Sociais, Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Educação Popular). Em função da dinâmica de funcionamento do Comitê Científico, para além do que se refere à sub-área, foi possível ter uma noção global das discussões ocorridas no encontro, suas questões e encaminhamentos, e do tipo de exigência acadêmica solicitada para a apresentação de trabalhos.

Em termos metodológicos, a análise, descrições e reflexões que se seguem foram definidas em decorrência: do processo vivenciado; das observações e anotações feitas nesse percurso; da leitura sistematizada dos artigos, pareceres e demais documentos enviados pela direção da Anped; da avaliação dos pareceres emitidos; e das conversas realizadas durante as atividades do GT 22.

Devo ressaltar que meu objetivo nesse artigo não é fazer um balanço geral do encontro e perspectivas futuras, nem tão pouco recuperar todo o histórico de discussões sobre a presença da Educação Ambiental na Anped. Pretendo, a partir de breve contextualização, analisar o que ocorreu no primeiro ano da Educação Ambiental enquanto GT, o perfil dos trabalhos apresentados, suas tendências, lacunas e possíveis desdobramentos, tendo por pressuposto que o atual momento é crucial à consolidação da Educação Ambiental em um espaço institucional de destacada importância política e acadêmica para a Educação no Brasil.

### *Antecedentes<sup>1</sup>*

Posso dizer que as primeiras iniciativas rumo à constituição de um espaço próprio da Educação Ambiental na Anped se configuraram durante o IV Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em Guarapari, no ano de 1997. Neste evento, um grupo de professores conversou informalmente sobre tal possibilidade, expressando o momento de amadurecimento e expansão da Educação Ambiental, particularmente no meio acadêmico, e a ampliação de pesquisas científicas que a abordavam. Configurou-se aí um movimento de definição da necessidade de se estabelecer a interlocução com a Anped, interessado em qualificar a compreensão acerca desta entre educadores e fortalecê-la em espaços específicos da Educação. Participaram da conversa os professores: Marcos Reigota (atualmente na UNISO), Eunice Trein (UFF), Valdo Barcelos (UFSM) e Isabel Carvalho (atualmente na ULBRA).

No ano seguinte, de modo paralelo e complementar, em um movimento composto por outros professores do Rio de Janeiro e da região sul, motivados pelo mesmo entendimento de que era preciso estabelecer o diálogo da Educação Ambiental com a Educação em sua instância mais significativa e reconhecida, a Anped<sup>2</sup>, foi realizado um primeiro encontro extra-oficial durante a sua Reunião Anual.

Isso gerou uma série de conversas e movimentações entre pesquisadores. O resultado foi a promoção, em 1999, de uma reunião ampliada no encontro da entidade, aglutinando pessoas que tinham se envolvido anteriormente nesses diferentes movimentos.

Em 2000, a diretoria da Anped, em decorrência da ação feita e de certas relações pessoais existentes, por meio da então presidente, profa. Nilda Alves, já manifestava interesse na Educação Ambiental. Algo que foi explicitado em suas conversas com Marcos Reigota no sentido de definir caminhos que garantissem a sua inserção na entidade.

Em 2001, no escopo da programação oficial, foi realizada uma reunião com aproximadamente trinta pessoas. O seu resultado concreto foi a criação da rede “eapesquisa”, a partir das quais foram organizadas as atividades de 2002, sob a coordenação de Marcos Reigota, aceito nessa função com o consenso dos que integravam a rede. Utilizando, como estrutura de programação, de uma estratégia apresentação de levantamentos de programas, cursos, publicações, além de um mini-curso, foi possível

---

<sup>1</sup> Procurei informações básicas que permitissem a contextualização do ocorrido em 2005, de modo informal, junto aos professores Marcos Reigota e Hedy Vasconcelos, antigos colegas no campo da Educação Ambiental, que ajudaram gentilmente. A escolha dos dois se justifica por terem participado das discussões de formação do GT desde o início e em função da inserção que possuem junto à Anped. Busquei também informações no histórico existente na página da Anped ([www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)). Assim, posto que não fiz exaustivo levantamento histórico em função dos objetivos do artigo, lembro que outros acontecimentos provavelmente foram omitidos. Contudo, acredito que isto não afeta a proposta de contextualização do que aconteceu em 2005 no GT 22.

<sup>2</sup> Cabe lembrar que a Reunião Anual da Anped é avaliada como evento conceito A internacional pela Capes.

evidenciar a produção em Educação Ambiental e, conseqüentemente, fazer a solicitação à Assembléia da 25ª Reunião Anual para a constituição do Grupo de Estudos (GE), exigência inicial para a formação do GT. Tal encaminhamento foi feito acompanhado da recomendação das professoras Eunice Trein, Maria Julieta Calazans (UERJ) e da própria presidente da Anped à época, Nilda Alves, nomes “históricos” da Educação e respeitados na entidade.

Após a aprovação em assembléia, o funcionamento do GE se deu sob a coordenação de Marcos Reigota e com a subcoordenação de Hedy Vasconcelos (PUCRio). A efetiva condução dos trabalhos, potencializada pela experiência e conhecimento de ambos dos “meandros” e da cultura institucional, além da iniciativa bem sucedida de evidenciar junto aos “anpedianos” a crescente produção acadêmica e interesse pelo campo nos programas de pós-graduação em educação e áreas afins, garantiu ao grupo participante o cumprimento de todas as exigências previstas no estatuto da entidade para a criação de um GT.

Um fato interessante a se recuperar, diante do objetivo proposto, foi a reflexão que permeou esse processo sobre a pertinência ou não de se ter um GT. A dúvida não estava na necessidade estratégica de se garantir o maior número possível de educadores ambientais e trabalhos na Anped, algo visto como de grande e indiscutível relevância, mas nos meios adequados de interlocução e construção de uma “cultura ambientalista” na Anped. Ou seja, a questão era: se para isso acontecer caberia um GT ou se era aconselhável manter uma atuação mais transversalizada, apresentando trabalhos e participando dos demais GTs, segundo o tema e o recorte de interesse de cada pesquisador em Educação Ambiental.

Entendo que tal questão refletia uma inquietação mais geral existente na época entre pessoas que se envolveram na história da Educação Ambiental no país e suas múltiplas identidades, e os problemas de vinculação deste novo campo com a Educação.

O problema de diálogo com a Educação, em parte, se explica em função do processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil, vinculado inicialmente à área técnica ambiental, e a como os movimentos sociais no país a incorporaram tardiamente (LOUREIRO, 2004 e 2006). O ocorrido gerou uma separação prática e, por vezes e em decorrência das premissas de algumas tendências (LAYRARGUES, 2004; LIMA, 2005), teórica entre os aspectos ecológicos e os sociais (reproduzindo reducionismos e dualismos). Gerou ainda uma limitada compreensão da práxis educativa, do que é específico da educação em seu sentido pedagógico. Isso resultou em algumas características comuns a setores da Educação Ambiental de difícil aceitação nos meios educacionais, principalmente em decorrência:

- (1) da promoção das tradicionais ações por projetos e por voluntariado, sem preocupação maior com a reflexão teórica sistematizada e com as implicações macrossociais e políticas de tais iniciativas, havendo clara ênfase na Educação Ambiental como meio para a mudança comportamental de indivíduos pensados sem historicidade;
- (2) da hegemonia de concepções que instrumentalizam a Educação Ambiental, sem problematizar tais concepções à luz das teorias de Educação e das tendências pedagógicas;
- (3) do baixo entendimento de que a Educação Ambiental, em sendo uma prática social, precisa pensar os indivíduos não somente como organismos vivos em suas relações com o planeta, mas também como seres definidos por mediações sociais que conformam o nosso “eu” na natureza (unidade do ser humano traduzida no par dialético ser biológico-ser social, espécie que se realiza pela cultura – MORIN, 1999).

Sem dúvida, são dados de realidade que situam as ainda existentes dificuldades múltiplas de entendimento da Educação Ambiental na Educação, mesmo considerando que tais contradições em muito foram minimizadas na última década, fato resultante de sua inserção na Academia e da aproximação de educadores das temáticas ambientais, particularmente os oriundos da Educação Popular e adeptos de pedagogias críticas e libertárias.

Por outro lado, é necessário fazer a crítica à própria Educação em seus espaços institucionalizados. Educadores e pesquisadores, ao olharem para a Educação Ambiental como algo homogêneo, sem tensionamentos e disputas internas, e como se esta tivesse uma inerente compreensão instrumental e comportamentalista do processo educativo, reduzida às relações ecológicas, ignoraram sua dinâmica e relevante contribuição para o repensar das questões sociais contemporâneas, da vida e da existência na natureza. Algo que é, no meu entendimento, inaceitável diante da especificidade do fazer educativo e da necessária abertura do educador frente a novos desafios, caracterizando um certo “fechamento corporativo” das pesquisas e das reflexões teóricas.

Complementar a este aspecto preponderantemente histórico e político, há uma dimensão epistemológica presente no campo ambiental que não pode ser desprezada e que explicita o que denominei anteriormente de “inquietação”. Como é relativamente consensual entre educadores ambientais que a mesma deva ser abordada e vivenciada de modo inter ou transdisciplinar, dependendo de como tais conceitos são definidos, há dificuldade de se aceitar iniciativas que propiciem novas institucionalidades que dêem margem para se instaurar algum tipo de sectarização ou fragmentação.

Contudo, entendo que a solução buscada (e encontrada) pelo grupo que trabalhou pela criação do GT na Anped foi a mais adequada, tanto no sentido estratégico e político quanto no sentido teórico e epistemológico. Qual seja: fomentar um espaço de construção de identidades, troca de experiências e diálogo, e de aprofundamento teórico-metodológico, garantindo o indispensável aprofundamento das questões, temas e pressupostos da Educação Ambiental - o que é o GT ou pelo menos o que se propõe com o mesmo; sem deixar de fomentar a participação, a apresentação de trabalhos e a produção de iniciativas conjuntas com outros GTs, promovendo a inserção em distintas atividades e instâncias formais da Anped – o que potencializa um vetor mais transversal. Isso pode garantir a identidade do educador ambiental na diversidade de tendências e perspectivas, a especificidade do campo na unidade da Educação e o avanço das discussões acadêmicas sem cair em generalismos presos ao “senso comum” ambientalista, estimulando uma abordagem complexa diante das questões educacionais contemporâneas.

Após essa fase de criação de um espaço, que é algo recente e em processo de consolidação, o GT, no biênio 2004 / 2006, encontra-se sob a responsável coordenação da Isabel Carvalho, ocupando a sub-coordenação Hedy Vasconcelos e João Figueiredo (UFCE), que adotaram procedimentos coletivos de organização e atuação, em movimento sintonizado com as características do grupo de educadores ambientais que freqüentaram a Anped até o ano de 2005.

#### *A programação do GT EA em 2005*

As atividades do GT 22 concentraram-se basicamente na sala de TV do Hotel União. Sem entrar no detalhamento da programação, que pode ser encontrada no sítio da entidade ([www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)), cabe destacar que esta buscou privilegiar a apresentação dos trabalhos aprovados, que foram subdivididos em quatro eixos pela coordenação do GT, segundo critérios de afinidade temática:

- a) Eixo I - EA/contexto escolar/formação docente:
  - A educação ambiental nos contextos escolares: limitações e incapacidades – Aline Viégas (Colégio Pedro II)
  - Práticas educativas no contexto escolar e as manifestações dos princípios da educação ambiental – Ana do Carmo Goulart Gonçalves (UFRGS) e Cleuza Maria Sobral Dias (FURG)
  - O contexto valorativo da educação ambiental: investigando uma proposta de formação docente voltada para o tema – Dalva Maria B. Bonotto (UNESP Rio Claro)

- Futuros professores de ciências naturais e biologia: perspectivas de inclusão da temática ambiental no trabalho educativo – Bernadete Benetti (SEESP/CPCM)
- b) Eixo II - Formação docente:
  - Antropofagia cultural e educação ambiental: contribuição à formação de professor(a)s – Valdo Hermes de Lima Barcelos (UFSM)
  - Costuras identitárias: discutindo a “fabricação” de identidades em educação ambiental – Shaula Maíra Vicentini de Sampaio (UFRGS)
- c) Eixo III - Os sentidos da educação ambiental:
  - A educação ambiental enquanto acontecimento – Luciana Aparecida Palharini (UNICAMP)
  - (Des) educação ambiental, linguagem e ideologia – José Geraldo Pedrosa (UFMG/UEMG)
  - Qualidade de vida e educação ambiental: construção coletiva de significados pela pesquisa-ação – Nadja Junke (UNESP)
  - A estética ambiental de Gadamer: algumas considerações para a educação ambiental – Mauro Grün (ULBRA)
- d) Eixo IV - Desafios da educação ambiental no contexto amazônico:
  - Levantamento de necessidades socioambientais em comunidade indígena do distrito de Iauareté de São Gabriel da Cachoeira/AM – Renata Ferraz de Toledo (USP); Leandro Luis Giatti (FIOCRUZ/Manaus); Maria Cecília Pelicioni (USP)
  - O desafio ambiental: da sociedade de risco, da ambientalização do conhecimento e das múltiplas Amazôniaas – Maria Lúcia de Amorim Soares (UNISO)

Além da apresentação seguida de debates, também tivemos:

- a) exposição de dois pôsters:
  - Educação ambiental na formação de professores: repensando as práticas pedagógicas – Eunice Trein (UFF)
  - Grãos de luz e grão: os fios da cultura tecendo a educação ambiental – Marco Antonio Leandro Barzano (UEFS)
- b) Apresentação dos resultados parciais (primeira fase) da pesquisa “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?” – INEP/MEC-SECAD.
- c) Mini-curso conjunto com o GT Educação e Movimentos Sociais, oferecido por Pedro Jacobi (USP), cujo título foi: Meio ambiente, movimentos sociais e educação na sociedade de risco.

#### *Balço geral e análise dos trabalhos apresentados no GT 22*

Para fins de facilitação do entendimento do que aconteceu, sob minha ótica de análise, apresento o item em distintos aspectos relativos aos procedimentos institucionais, à participação nas atividades, ao cumprimento das normas exigidas para apresentação de trabalhos e ao teor dos mesmos.

### *Aspectos Institucionais*

No que se refere à atuação dos representantes do GT (coordenação e comitê científico) junto à Anped, poderia dizer que os integrantes da atual coordenação garantiram um bom diálogo com os demais coordenadores de GTs e evidenciaram o potencial de contribuição do grupo para os demais campos ou temáticas que constituem a Anped. Dizer isso, contudo, não significa ter a ilusão ou inocência em acreditar que as restrições e preconceitos manifestos historicamente por educadores de outras áreas estejam superados, principalmente daqueles que são oriundos de áreas que aglutinam temáticas vistas como clássicas e que ainda definem a Educação Ambiental como algo “menor”, em termos de contribuição teórica, e temática secundária diante das “grandes questões da Educação”. Significa poder afirmar que foi positiva a atuação até o momento, consolidando o respeito aos educadores ambientais e pela Educação Ambiental em sua proposta de repensar e contribuir com a construção de outras relações sociais na natureza e de ressignificação sobre o que somos enquanto espécie constituída pelo complexo biológico-social. Evidentemente, que a dificuldade de aceitação não tem seu processo esgotado (ou mesmo iniciado) no espaço da Anped, mas reflete em escala micro as macro tendências observadas em outras instâncias formais de Educação, cabendo aos educadores ambientais uma atuação intencionada e responsável para mudar o atual contexto.

A minha participação e do Pedro Jacobi (USP), que contribuiu formalmente como suplente da sub-área (tendo, na prática, uma atuação ativa em todas as etapas e de igual relevância), permitiu explicitar a afinidade da Educação Ambiental com os temas dos demais GTs que a compunham. O diálogo profícuo e a dinâmica de troca de trabalhos para avaliação e análise conjunta dos casos com pareceres discrepantes, fez com que os responsáveis por tais GTs manifestassem claro interesse em aprofundar os estudos sobre a Educação Ambiental, solicitando, inclusive, indicações de referências bibliográficas que confirmassem as relações com suas áreas específicas. O efeito do processo foi a explicitação da intenção, na reunião geral do Comitê Científico com a direção, de que a Educação Ambiental não fosse remanejada para outra sub-área.

Esse posicionamento está longe de qualquer tipo de consenso. Isso é válido tanto internamente ao próprio GT 22, cujos integrantes presentes na plenária final da 28ª Reunião Anual manifestaram diferentes possibilidades de arranjo, dependendo do que se considera como determinante (aspectos políticos, epistemológicos, históricos, culturais etc.), quanto no âmbito dos representantes dos demais GTs que, evidentemente, também possuem seus próprios interesses que permeiam a vida acadêmica e a produção científica. Poderia dizer que a composição das sub-áreas e a dificuldade de se estabelecer quais são os

GTs mais afins em seus objetivos e temáticas são discussões que estão presentes na Anped de um modo contínuo e que ganharam novas feições ao longo do tempo, em função das condições objetivas da educação pública, dos encaminhamentos na política educacional, das tendências de pesquisa e das articulações entre os diversos grupos e seus interesses.

Houve indicações, na reunião dos coordenadores com a direção da Anped, para que o GT 22 estivesse junto com as chamadas “novas identidades culturais” (relações de gênero, afro-brasileiros) e com o GT Educação e Comunicação, mas isso foi questionado por alguns membros do Comitê Científico e da direção por estabelecer uma proximidade apriorística em função de uma classificação duvidosa, ignorando a historicidade de cada campo. Dizer que gênero e ambiente, por exemplo, se afinam por serem temáticas tidas como recentes e que enfatizam aspectos culturais e lingüísticos característicos das formulações posteriores aos anos de 1960 é muito genérico. Primeiro, porque apesar do destaque ser novo e de mútua influência, apresentam histórias próprias que antecedem esse marco normalmente utilizado pelos pesquisadores de ambos os campos. Segundo, porque são permeados por “visões de mundo” e tradições filosóficas que aí se estabelecem de formas distintas em decorrência de como foram se configurando na Educação, impedindo qualquer tratamento indiferenciado. Tal constatação me permite dizer que se há indiscutível afinidade entre ambas, a afinidade pode ser igualmente identificada com outros GTs, por vezes não sendo difícil afirmar que esta pode ser classificada como sendo de maior intensidade em certos momentos pela ênfase em determinadas questões. Isso se observou em 2005 quando verifiquei trabalhos que poderiam dialogar ou mesmo estar em GTs como: filosofia da educação, formação de professores, trabalho e educação, educação e movimentos sociais e educação popular, entre outros.

Além disso, há GTs mais “fortes” (em função de abordarem temáticas consagradas e por terem um público numericamente expressivo) e consolidados e outros não, o que gera motivações relativas ao poder na conformação das sub-áreas e buscas por aglutinações que consolidem GTs de menor força política e tradição acadêmica em Educação. Este pode parecer ser um aspecto não-acadêmico ou não-científico, mas é preciso superar a ilusão da neutralidade e da não-intencionalidade, admitindo sim que os campos se constituem por seus recortes da materialidade, pela capacidade heurística de suas formulações, pelo rigor teórico e prático, e igualmente pela aceitação entre os pares, pela ocupação de espaços na Academia, pela inserção na estrutura de Estado, pelas articulações com o mercado, enfim, pelas disputas políticas e econômicas que garantem certo status social.

A justificativa dada por alguns dos membros da direção ou coordenação para um novo rearranjo, além do critério de afinidades, se pauta na intenção de reduzir o número de GTs por sub-área. Contudo, esse argumento também não foi aceito consensualmente, pois a sobrecarga pode ser suprimida por intermédio da garantia de maior disponibilidade de

tempo no planejamento das atividades ao longo do ano, nova organização do processo de avaliação e participação de um número de pareceristas e de suplentes no Comitê Científico compatível com o volume de trabalho. No entanto, apesar da concordância de que tais ponderações sejam cabíveis, há um problema operacional e financeiro, pois aumentar o número de suplentes significa ampliar os gastos para a realização das reuniões presenciais, o que é pouco exequível diante da realidade econômica da Anped.

Como encaminhamento alternativo e solução com a qual me identifico mais, há, ainda que de forma inicial, uma tendência em se defender o fim das sub-áreas, permitindo uma interlocução entre todos os GTs. Afinal, os pesquisadores apresentam afinidades e interlocução com várias áreas e distanciamentos de outras tantas, sem um padrão único que permita uma divisão sem problemas. Tais afinidades e distanciamentos não se tornarão questões impeditivas de uma avaliação compatível com as exigências da Anped se os critérios de análise para os que pertencem a um outro GT não abordarem pontos que exijam domínio teórico específico, como é o caso de saber a interlocução do trabalho com a área e a relevância para esta em um determinado momento.

Todavia, estes aspectos mencionados implicam em encaminhamentos não consensuados e em posicionamentos e disputas políticas nas instâncias da Anped nos próximos meses e, talvez, anos.

Para ilustrar o que comentei acima e facilitar a reflexão do leitor e uma tomada de posição, contribuindo inclusive para os debates no caso dos que participam da Anped, as atuais sub-áreas estão organizadas da seguinte forma:

Sub-área 1: história da educação; sociologia da educação; filosofia da educação; psicologia da educação

Sub-área 2: movimentos sociais e educação; educação popular; educação de pessoas jovens e adultas; educação ambiental

Sub-área 3: didática; formação de professores; currículo

Sub-área 4: estado e política educacional; trabalho e educação; política de educação superior

Sub-área 5: educação de crianças de 0 a 6 anos; alfabetização, leitura e escrita; educação fundamental; educação especial; educação matemática; educação e comunicação; afro-brasileiros e educação

A proposta inicialmente encaminhada em 2005 para discussão e possível alteração para a 29ª Reunião Anual em 2006 é:

Sub-área 1: História da Educação, Sociologia da Educação e Filosofia da Educação

Sub-área 2: Movimentos Sociais e Educação, Educação Popular, Educação de Pessoas Jovens e Adultas

Sub-área 3: Didática, Formação de Professores, Currículo

Sub-área 4: Estado e Política Educacional, Trabalho e Educação, Política de Educação Superior

Sub-área 5: Alfabetização, Leitura e Escrita, Educação Fundamental, Educação Matemática

Sub-área 6: Educação e Comunicação, Afro-brasileiros e Educação, Educação Ambiental

Sub-área 7: Psicologia da Educação, Educação de Crianças de 0 a 6 anos, Educação Especial

Um outro aspecto que merece a atenção dos integrantes do GT 22 e demais educadores ambientais interessados nos desdobramentos da Educação Ambiental em uma instância de destaque no cenário científico nacional foi o número total de trabalhos enviados: dezessete. O mais baixo da 28ª Reunião Anual. Em termos comparativos, cinco grupos, em um conjunto de vinte e um, tiveram uma procura para esse tipo de participação com quantitativos inferiores a trinta trabalhos enviados e apenas dois destes tiveram número igualmente abaixo de vinte. A tabela oficial foi:

<b>Grupo de Trabalho</b>	<b>Trabalhos Enviados</b>
Formação de Professores	66
Educação e Comunicação	47
Psicologia da Educação	45
Trabalho e Educação	42
História da Educação	39
Estado e Política Educacional	36
Política de Ensino Superior	35
Filosofia da Educação	33
Educação de Pessoas Jovens e Adultas	33
Educação Popular	33
Alfabetização, Leitura e Escrita	31
Afro-brasileiros e Educação	31
Educação Especial	31
Educação de Crianças de 0 a 6 anos	28
Currículo	28
Educação Fundamental	27
Movimentos Sociais e Educação	26
Educação Matemática	22
Didática	19
Sociologia da Educação	18
Educação Ambiental	17

Um primeiro argumento explicativo do baixo número de trabalhos é o de que o GT é novo e que não há tradição dos educadores ambientais participarem de eventos específicos e nem de publicarem com regularidade nos periódicos de maior aceitação e reconhecimento na educação (os denominados eventos e periódicos Qualis A Internacional e Nacional, segundo classificação da Capes). Com raras exceções, isto é fato, mas o pouco tempo de existência em si não justifica, pois outros GTs, como o de Educação de Pessoas Jovens e Adultas, também são recentes e apresentaram um quantitativo superior e, em particular nesse caso mencionado, praticamente equivalente ao dobro do GT 22. O GT 21 também serve como exemplo: criado um ano antes, teve trinta e um trabalhos encaminhados. Logo, é preciso associar outras variáveis a essa explicação.

Apesar do expressivo interesse e mobilização de um determinado grupo de pesquisadores de diferentes estados do país que vêm construindo o GT consistentemente ao longo de quase uma década, entendo que não foi definida uma estratégia de divulgação do GT 22 e da Anped junto aos programas que vêm formando educadores ambientais – algo que, segundo relato oral de membros do Comitê Científico pertencentes a outros GTs, gera efeitos imediatos na procura e inscrição. Até o presente, nosso movimento foi mais de afirmação e ocupação de espaço interno. É preciso iniciar um movimento “para fora”, trazendo novos pesquisadores e instituições.

Segundo o depoimento de membros do GT 22, há algum tipo de receio em se enviar trabalhos para a Anped em função de não se estar acostumado com os seus critérios e “rituais” adotados para avaliação. Ocorre também o desestímulo causado pela pouca disponibilidade de vagas para apresentação (entre 12 e 15, no máximo), além do elevado custo para filiação, inscrição e participação nos eventos da Anped.

São posições compreensíveis, mas, a meu julgamento e se tal posicionamento for significativo no conjunto de educadores ambientais (não possuo elementos para afirmar isso, apenas dizer que existem falas nesse sentido), é algo que precisa ser superado, considerando que a convivência com as exigências acadêmicas são salutares para os avanços qualitativos no campo. Lembro que é comum na Educação Ambiental, concordando com Novicki (2004), muitas confusões teóricas - miscelânea sem a construção de diálogos superadores da fragmentação, permanecendo na órbita da disciplinarização ou no acoplamento generalista de conceitos – (PIVA, 2005) - e um certo “praticismo” ou “ativismo”, no sentido freireano da palavra (FREIRE, 1988), que favorece a produção de trabalhos exclusivamente descritivos de experiências pontuais. Portanto, mesmo reconhecendo e considerando que devem ser enfrentados os limites materiais evidenciados, ou mesmo por causa disto, entendo que a Anped, assim como outros fóruns científicos, precisa ser incorporada à cultura dos educadores ambientais, permitindo o cumprimento daquilo que cabe aos pesquisadores em Educação Ambiental na interlocução e promoção de seu campo de atuação.

Há um último aspecto a ser destacado em relação a este ponto. Particularmente em 2005 ocorreu em época próxima à Reunião Anual da Anped o III Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), o que pode explicar parte das ausências pessoais e um interesse menor no que se refere ao envio de trabalhos, uma vez que muitos dos pesquisadores já tinham feito suas apresentações em tal ocasião. Cabe lembrar que este evento já é aceito como um momento importante para os pesquisadores da Educação Ambiental, algo que não pode ser afirmado em relação à Anped. Por esse motivo, na plenária final do GT 22, discutimos sobre a necessidade de se pensar os eventos acadêmicos de maior expressão nacional de modo articulado e como sendo complementares, fortalecendo-os: Anped, EPEA e Anppas. A intenção é evitar qualquer tipo de sobreposição desnecessária e disputa que resulte no esvaziamento de um dos espaços e, conseqüentemente, em perdas para a Educação Ambiental.

#### *Participação nas atividades*

Aqui farei um rápido comentário, pautado basicamente em impressões acerca do que aconteceu durante as atividades do GT 22, considerando o que observei em outros GTs ou atividades gerais da Anped.

Há alguns elementos a serem lembrados e que confirmam o sucesso do GT e o interesse pela Educação Ambiental, no que diz respeito ao envolvimento de pessoas e ao crescente número de participantes das atividades, quando comparado a momentos anteriores. Inclusive, cabe destacar que foi comentada na plenária final do GT a necessidade de se reivindicar um outro local para a realização das atividades programadas para o ano de 2006, visto que pessoas ficaram mal acomodadas e outras nem sentaram diante do pouco espaço disponível.

Em termos numéricos, ao retomarmos o histórico, verificamos que na primeira reunião que oficialmente constou da programação da Anped em 2001 o número de presentes foi de trinta participantes. Já enquanto GE o número se ampliou e ficou na faixa de sessenta. No primeiro ano na condição de GT chegamos aos oitenta. Portanto, há um crescimento firme e contínuo, o que reforça a validade da trajetória e a relevância do GT 22 perante a direção e aos demais membros da Anped, que costumam valorizar, em suas análises institucionais e políticas, o componente numérico.

É interessante observar o aspecto qualitativo vinculado a uma constância de assiduidade durante as atividades. Isto demonstra o interesse das pessoas e uma dinâmica de condução favorável ao “ficar na sala” e à satisfação de estar neste espaço de convivência com os demais integrantes do grupo. Tive a oportunidade de verificar que a flutuação é grande em

outros GTs e que, portanto, a ocorrência de uma participação mais estável é indicadora de um encaminhamento compatível com as expectativas do GT 22.

A distribuição regional dos participantes é um problema, se considerarmos que o grupo entende que é preciso ampliar nossa inserção e diálogo na Anped e distribuir equilibradamente entre os estados as atribuições específicas (coordenação, pareceristas, comitê científico) de modo a contemplar todas as regiões. É visível a preponderância, nos trabalhos apresentados e dentre os participantes das atividades, de pessoas oriundas do sul e do sudeste. Isso, evidentemente, não é uma exclusividade do GT de Educação Ambiental e nem da Anped, sendo comum em eventos científicos. Reflete a própria desigualdade regional que persiste no país nestes momentos de troca e publicização do conhecimento. Contudo, promover a reversão desse cenário não é fácil, pois, além da desigualdade no financiamento de projetos de pesquisa, o deslocamento da região norte e nordeste para Caxambu, bem como a obtenção de apoio financeiro para isso não é tarefa das mais simples, principalmente diante da política dos órgãos de fomento à pesquisa que cortaram expressivamente recursos para tal finalidade. Como transformar o cenário? É uma questão que fica.

Um último aspecto a destacar neste item é a presença crescente nas atividades de pessoas que participam também de GTs consolidados. Em 2005, pelo menos dentre os que estiveram na sala do GT 22 que se manifestaram publicamente, três pessoas que atuam no GT Trabalho e Educação, inclusive um apresentando trabalho, uma pessoa do GT Estado e Política Educacional e duas do GT Educação e Movimentos Sociais aderiram ao GT 22, mostrando interesse em permanecer em 2006.

Considero que todos os GTs, consolidados ou não, têm importantes contribuições à Educação Ambiental e vice-versa. No caso específico destes que se aproximaram em 2005, são GTs que historicamente estabelecem vigorosa produção teórica oriunda de abordagens críticas na análise da sociedade capitalista e seus limites e na proposição de atividades pedagógicas e políticas. A aproximação pode, assim, estimular a politização dos debates e resultar em uma leitura mais complexa e problematizadora da realidade, caminhando para práticas que efetivamente não descolem a chamada “questão ambiental” da “questão social”.

#### *Análise dos Trabalhos (cumprimento das normas)*

No geral, os trabalhos encaminhados respeitaram as normas exigidas para aceitação. Houve um caso de desclassificação por quebra de anonimato, o que corresponde à média dos demais GTs, proporcionalmente. Se considerarmos que GTs antigos e consolidados

tiveram casos similares, não seria errado dizer que o fato ocorrido está dentro de uma certa normalidade ou previsibilidade – o que não significa dizer que não devamos nos esforçar perante os pesquisadores no sentido de eliminarmos esse tipo de situação. Nesse sentido, é preciso que pesquisadores interessados na apresentação procurem tomar ciência dos critérios que serão levados em consideração e de todas as normas para encaminhamento, procurando atendê-las satisfatoriamente. A orientação da direção é de absoluto rigor no cumprimento das normas, portanto, é algo que não deve ser visto apenas como uma formalidade menor, mas como uma exigência que se for ignorada implicará na eliminação direta do trabalho.

Para as instâncias de decisão da Anped, a quebra de anonimato se configura quando o autor ou autora permite que o parecerista e os integrantes do Comitê Científico, ao lerem o texto, identifiquem o nome da pessoa por meio de associações com “notas de roda-pé” ou referências bibliográficas. Não é considerado quebra de anonimato quando é possível identificar o grupo de pesquisa a que pertence, pois isso apenas dá o sentido de identidade institucional, algo que, dependendo do trabalho, é necessário ser explicitado, não representando a definição inquestionável da autoria, posto que um grupo é necessariamente composto por mais de um pesquisador.

#### *Análise dos Trabalhos (segundo os critérios de avaliação da Anped, tendências e debates)*

Do total de dezessete trabalhos encaminhados para avaliação, doze foram aprovados, um desclassificado por quebra de anonimato e quatro não foram aceitos por insuficiência no atendimento dos critérios exigidos pela Anped após análise dos textos. Dos doze aprovados, quatro foram indicados para publicação na Revista Brasileira de Educação – a indicação não significa aprovação direta, mas expressa que foram trabalhos considerados pelos pareceristas e pelo Comitê Científico como de qualidade superior, principalmente quanto à coerência na argumentação, consistência teórica, contribuição à Educação e à Educação Ambiental, correção e clareza textual, cabendo ao Conselho Editorial da referida revista dar parecer final, visando a publicação. Portanto, alcançamos um terço do total classificado na mais elevada categoria de aprovação, o que é um percentual expressivo no contexto “anpediano”.

Os critérios de análise adotados foram: relevância para o GT, riqueza de dados e teórica, consistência conceitual, adequação de forma (boa distribuição entre os itens), interlocução com a produção da área e originalidade no problema apresentado. Além disso, no parecer constou análise relativa à coerência entre objetivo, metodologia e

conclusões; e delimitação do tema e do problema. Pelo descrito, é possível perceber a relevância atribuída ao domínio teórico do campo, à demonstração da relevância do trabalho para o que é específico e para a educação, e a se ter um claro posicionamento teórico-metodológico.

Os trabalhos foram recusados para apresentação basicamente por: conterem imprecisões conceituais graves; abordarem superficialmente os temas relativos ao objetivo do trabalho; evidenciarem sobreposição de assuntos e questões sem aprofundamento e concatenação de idéias, fragilizando a argumentação; promoverem tentativas de articulação entre áreas distintas sem conseguir explicitar tais conexões e interfaces; ausência de objetivos claros; análises incoerentes da realidade estudada; linguagem confusa.

Tais aspectos observados são comuns a outros GTs e, mesmo admitindo que muitos estão iniciando suas trajetórias no universo da pesquisa acadêmica, demonstram deficiências na formação no que se refere ao domínio metodológico de uma pesquisa científica e à dificuldade teórica de identificação das diferentes matrizes de pensamento, aspectos anteriormente percebidos por quem analisa a produção de pesquisas em Educação (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2001). São problemas estruturais do ensino superior brasileiro que se definem com o sucateamento do ensino público, a distribuição da carga docente com forte ênfase em sala de aula e a redução do tempo total de formação na graduação e na pós-graduação, dificultando a reflexão humanista para além da instrumentalização adquirida.

Na Educação Ambiental, estes problemas ganham “cores” próprias por motivos ligados à diversidade de percursos pessoais na “questão ambiental” e de formação de graduação (em áreas nem sempre próximas às especificidades da educação), contextualizados pela instrumentalização da formação, secundarizando as discussões que podem favorecer o diálogo qualificado entre ciências sociais e ciências naturais, essencial à promoção da Educação Ambiental.

Dizer isso, no entanto, não significa menosprezar o mérito dos trabalhos encaminhados, cujos resultados são bastante favoráveis em termos de Anped e nem desconsiderar o esforço feito para os avanços alcançados na Academia na última década em Educação Ambiental. Mas, sem dúvida, são problemas que permeiam as ações realizadas até aqui e que exigem constante atenção dos professores orientadores e demais pesquisadores.

Em termos quantitativos, o não aceite de 25% está abaixo da média observada nos outros GTS que, diante de uma pressão numérica maior, tendem a ampliar esse percentual para números próximos a 50% ou mais. Contudo, no que diz respeito ao GT 22, isso não significou uma aprovação “frouxa”, ao contrário, pois mesmo tendo disponibilidade para

quinze apresentações, preferimos manter os doze trabalhos que atendiam aos critérios exigidos, ampliando o tempo para debates e valorizando os que conseguiram o aceite. Quanto maior o número de trabalhos enviados, diante do número total possível de ser apresentado na programação oficial, maior a obrigação do Comitê Científico em ser mais seletivo nas escolhas e na classificação hierarquizada: aprovados com indicação para publicação na Revista Brasileira de Educação; aceitos; aceitos como excedente (ou seja, constarão dos Anais assim como os demais aprovados, mas não serão apresentados no evento); não aceitos.

É possível afirmar, sempre de modo mediado pelos aspectos mencionados anteriormente, que o procedimento de avaliação foi rigoroso e que a qualidade do que foi apresentado permite projeções otimistas quanto à superação dos limites tradicionalmente observados em trabalhos submetidos a procedimentos de análise bastante intensos.

Em relação ao teor, podemos observar neste primeiro ano do GT uma tendência para a vinculação da Educação Ambiental com o universo escolar, com quatro tendo aí seu recorte temático e com outros dois com foco na formação de professores, o que é esperado diante do que representa a Anped e da centralidade que o ensino formal tem para a Educação.

Ocorreram também trabalhos de caráter mais filosófico, particularmente dois destes, com outros dois bem próximos, que abordam questões relativas a opções metodológicas inseridas em determinadas tradições filosóficas bastante consolidadas nas ciências e na filosofia. Este fato pode ser visto como algo previsível, considerando a presença constante na Educação Ambiental de abordagens comuns na educação e nas ciências sociais e em parte das ciências naturais. É o caso da fenomenologia, da hermenêutica e da dialética marxiana (tradição crítica e emancipatória).

Deve ser lembrada a presença de três trabalhos com incursões mais ou menos diretas em autores pós-estruturalistas e pós-críticos, perspectivas teóricas recentes que estão sendo ultimamente utilizadas de modo mais intenso em GTs como Currículo, Didática e Formação de Professores, com inserções medianas em GTs como Filosofia da Educação e Educação e Comunicação, estando praticamente ausentes em GTs como Trabalho e Educação, Políticas de Ensino Superior e Estado e Política Educacional, em função de suas histórias e objetos de pesquisa.

Quatro não tiveram formulações teóricas explicitamente vinculadas a uma ou outra tradição filosófica, fazendo discussões conceituais em cima dos resultados de campo. Isso não significa que não dialogaram com uma ou mais destas no processo de formulação teórica ou que não tivessem posições conceituais definidas. Em tais casos, a coerência entre argumentos e resultados à luz de uma teoria se encontrou no conjunto da obra e nos autores citados.

Dado curioso a registrar é que, apesar de ser um autor marcante na Educação Ambiental, apenas um trabalho fez uso destacado da teoria da complexidade de Edgar Morin. Não tenho elementos para analisar o motivo disto. É preciso observar os próximos anos para verificar se essa ausência configura uma nova tendência entre os educadores ambientais que freqüentam a Anped ou se foi um fato isolado.

Um eixo que se constituiu de modo temático foi o relativo à Amazônia. É um dado que não saberia explicar a priori quais foram as motivações. Acredito que envolvam aspectos como o reconhecimento público da gravidade da situação na região, urgência que suas problemáticas suscitam, a relevância “simbólica” no debate ambientalista, além de certas escolhas particulares dos pesquisadores cujas instituições costumam participar de fóruns como a Anped.

A interlocução com a produção da Educação Ambiental foi baixa. De um modo geral, tirando a relativa recorrência de autores como Carlos Frederico B. Loureiro, Isabel Carvalho e Marcos Reigota, e de modo menos intenso Luiz Marcelo Carvalho, Valdo Barcelos, José Erno Taglieber, basicamente não constam outros nomes como fontes teóricas. Fica evidente que o referencial utilizado se construiu em cima de autores da educação e de ciências como sociologia e psicologia, além da filosofia. Em parte isso se justifica pela baixa tradição de pesquisa e à ainda recente e pouco difundida produção teórica própria. No entanto, é algo que precisa ser mais bem observado pelos autores e autoras dos trabalhos, pois é uma exigência, vista como plausível pelo Comitê Científico, que se conheça e se dialogue com o que tem sido feito (teoria e prática) no campo em que se atua.

Relacionado a este ponto, encontra-se a comum ausência de melhor contextualização dos trabalhos no âmbito da Educação. Observei em outros eventos nacionais e regionais de Educação Ambiental que para se justificar a insuficiência de interlocução são abundantes afirmativas do tipo: “não é um trabalho direto sobre a área específica nem de educação, mas traz contribuições indiretas, ajudando no planejamento e realização das atividades pedagógicas”. No caso da Anped, a tendência é que isto não sirva como justificativa, pois não é o leitor que tem que estabelecer a relação, mas sim o autor ou autora que deve realizar um trabalho nesse sentido, evidenciando a coerência da formulação teórica feita. Além disso, a Educação, enquanto prática social, acaba sempre sendo permeável a tal tipo de argumentação, pois tudo que é feito pela humanidade serve em alguma medida ou sentido à prática educativa. Exatamente por ser esta uma constatação, não é aceitável que se continue reproduzindo posicionamentos vagos que, na prática, pouco contribuem para a consolidação da Educação Ambiental. Em ciência, um conceito ao se tornar amplo demais e inespecífico perde em validade explicativa e, portanto, em aceitação no uso.

### *Considerações Finais*

Após as considerações feitas, entendo que o primeiro ano de funcionamento do GT 22 apresentou resultados animadores quanto ao futuro da Educação Ambiental no contexto da Anped. A participação intensa e a pluralidade de perspectivas, algo importante principalmente em uma fase de definição de identidade do grupo, estimulam desdobramentos para a 29ª Reunião Anual favoráveis à articulação com outros GTs, ao aprofundamento dos debates internos e à ampliação numérica de pessoas envolvidas com a Educação Ambiental.

O nível dos trabalhos, mesmo considerando o relativo pouco tempo de inserção da Educação Ambiental na pós-graduação brasileira, está na média observada na Anped. Cabe sim melhor divulgação, conhecimento e discussão sobre o que representa uma entidade como a Anped para ampliarmos o quantitativo e o interesse em publicar trabalhos em tal fórum acadêmico.

O bom relacionamento entre os participantes até 2005 também é algo que merece destaque, pois reforça as possibilidades de fortalecimento e visibilidade do GT e evita cisões por motivações pessoais e corporativas que tendem a “imobilizar” o grupo.

Por fim, fica o permanente desafio que os educadores ambientais se colocam no processo de fortalecimento de um “jovem campo” que tem muito a contribuir com a Educação e as questões que esta enfrenta na sociedade contemporânea.

### *Referências*

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAYRARGUES, P. P. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LIMA, G. F. da C. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R. S. de. (Org.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MORIN, E. *O paradigma perdido: a natureza humana*. 6. ed. Lisboa: Europa-América, 1999.

NOVICKI, V. Abordagens teórico-metodológicas na pesquisa discente em educação ambiental dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Rio de Janeiro (1981-2002). *Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 35-59, jan-jun. 2004.

PIVA, A. *A apropriação do pensamento de Edgar Morin na pesquisa em educação ambiental no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação. Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte, 2005.

*Webgrafia*

[www.anped.org.br](http://www.anped.org.br) (acessado em 20, 21 e 22 de dezembro de 2005).

Apresentado ao Comitê Editorial em 20/12/2005, aprovado em 23/03/2006.